

# PARQUES URBANOS DE CURITIBA: DE ESPAÇOS DE LAZER A OBJETOS DE CONSUMO\*

## URBAN PARKS IN CURITIBA: FROM LEISURE SPACES TO CONSUMPTION OBJECTS

Antonio Manuel Nunes Castelnuou\*\*

### RESUMO

Este artigo reflete sobre os parques urbanos de Curitiba, que, criados a partir da década de 1970 com justificativas ambientais e utilizados amplamente através do *city marketing*, transformaram-se em objetos de consumo e espetacularização da natureza. Tendo como fundamento uma abordagem geral da cultura e sociedade de consumo, procura dialogar com a problemática pós-moderna referente à questão da perda das utopias ecológicas.

Palavras-chave: Parques urbanos; Sociedade de consumo; Pós-modernismo.

### ABSTRACT

This article consists of a reflection on urban parks in Curitiba, which, created from the 70s on with basis on environmental justifications and widely used through city marketing, have become consumption objects, transforming nature into a show. Through a general approach of consumption culture and society, it is an attempt to establish a dialogue with the post-modern problem of the loss of ecological utopias.

Key words: Urban parks; Consumption society; Post-modernism.

---

\* Artigo baseado na tese de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná – UFPR, intitulada: **Ecotopias urbanas: imagem e consumo dos parques urbanos**, orientada pelos professores Dr. Francisco de Assis Mendonça e Dra. Yara Vicentini (2005).

\*\* Arquiteto e engenheiro civil. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Mestre em Tecnologia do Ambiente Construído (EESC-USP). Professor de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Curitiba, a capital paranaense com pouco mais de três séculos de existência e mais de um milhão e meio de habitantes, afirmou-se como uma das melhores cidades para se viver no país e como eficiente modelo de planejamento urbano – tanto para o Brasil como para o exterior –, fruto de um contínuo e coerente programa de coordenação para seu crescimento e de sua região metropolitana. Seu desenvolvimento recente baseou-se, essencialmente, na idéia de melhoria da qualidade de vida urbana através da sistematização do transporte coletivo, da conservação e valorização da memória histórica e da preservação de áreas verdes, o que foi garantido pela continuidade de gestões administrativas, por quatro décadas, desde a sua proposição em meados dos anos 1960.

Esse desenvolvimento gradativo e contínuo deu-se especialmente por meio da fixação de imagens-síntese de Curitiba como “cidade-modelo” e “cidade planejada”, no início da década de 1970, “capital da qualidade de vida” e “capital do primeiro mundo”, nos anos 1980, “capital ecológica”, na década de 1990 e, finalmente, “capital social”, neste início de século. Essa positividade progressiva – resultante de um amplo e bem-sucedido programa de *city marketing* – pode ser constatada no atual desenvolvimento econômico – embora desequilibrado – da capital e dos municípios vizinhos, o que conduziu tanto a pontos positivos como negativos.

O espaço da cidade adaptou-se às novas condições, atualizando-se nas atividades de produção e consumo, ganhando renome nacional e internacional, ao mesmo tempo em que apresentou problemas de ordem estrutural, com um agravante na área socioambiental. Se no início da década de 1990 Curitiba tornou-se destino obrigatório de planejadores urbanos, ambientalistas e líderes municipais que a visitavam para conhecer as soluções encontradas – promovidas pelo seu auto-intitulado “urbanismo ecológico” –, o quadro contemporâneo mostra uma realidade mais complexa, já que reflete questões que permeiam toda uma conjuntura de desequilíbrios e distorções, que

encontra na discussão pós-moderna algumas de suas referências mais importantes. Interessa aqui a discussão sobre seus parques e bosques urbanos, que nasceram de propósitos basicamente ambientalistas para se transformarem, no decorrer das sucessivas administrações públicas, em específicos objetos de consumo e de espetacularização da vida junto à natureza.

## CULTURA E SOCIEDADE DE CONSUMO

Aplica-se usualmente a expressão “sociedade de consumo” ao fenômeno contemporâneo ligado à produção de massa (*mass production*), ocorrida nos países industrializados, que se caracteriza pela mudança sensível dos costumes e dos valores de toda a população, promovendo a chamada “cultura do consumo”, decorrente da relativa abundância material e da necessidade crescente, por parte do sistema, de produção e consumo de bens e serviços. Na perspectiva marxista, a sociedade de consumo seria aquela dominada pelos imperativos do lucro, que criam necessidades artificiais por meio da manipulação dos consumidores sem obrigatoriamente gerar felicidade, satisfação ou harmonia. Nessa concepção, *marketing* e propaganda passam a ser entendidos como mecanismos mais de comprar consumidores do que de vender produtos (FINE; LEOPOLD, 1993).

Slater (2002) relaciona esses termos com a modernidade, estabelecendo que essa cultura (*consumer culture*) é uma cultura de consumo (*culture of consumption*) e que o modo dominante de reprodução social teria se desenvolvido no Ocidente ao longo da modernidade, com valores, práticas e instituições ligadas à escolha, ao individualismo e às relações de mercado. Segundo o autor, nesse tipo de sociedade o consumo tornou-se o foco central da vida social, passando as pessoas a valerem mais pelo que têm do que pelo que são. Evidencia-se aí a cultura de uma sociedade de mercado, já que a maioria do que se consome está sob a forma de “mercadorias” – produtos, experiências e serviços – produzidas especificamente para serem vendidas e cujo acesso – a princípio “universal”, sem restrições legais ou de *status* – dá-se em consequência da distribuição de recursos materiais e culturais (BARBOSA, 2004).

De modo diverso, Featherstone (1995) associa a sociedade de consumo à pós-modernidade, definindo o uso da expressão “cultura do consumidor” para enfatizar que o mundo das mercadorias e os seus princípios estruturais envolvem dois aspectos: na dimensão cultural da economia, a simbolização e o uso dos bens materiais como comunicadores e não apenas utilidades; e na economia dos bens culturais, os princípios de mercado – como oferta, demanda, acumulação de capital, competição e monopólio – operando “no interior da esfera dos estilos de vida, bens culturais e mercadorias” (p. 124).

Vários autores concordam que essa cultura é a comumente chamada de “pós-moderna”, fruto do capitalismo tardio e caracterizada pela saturação de signos e mensagens a ponto de praticamente tudo na vida social transformar-se em cultura (LYOTARD, 2002; JAMESON, 1997; HARVEY, 1993). Saudada por alguns como emancipadora, já que levaria a maior igualitarismo e liberdade individual (BARBOSA, 2004), a cultura do consumidor é vista por outros como desintegradora e responsável pelo “afastamento das pessoas de valores e tipos de relações sociais consideradas mais verdadeiras, autênticas” (p. 37).

Baudrillard (2000) define a sociedade de consumo como “aquela em que o signo é a mercadoria”, pois teria havido um deslocamento definitivo do valor de uso do valor de troca das mercadorias e sua associação exclusiva com o aspecto simbólico. Para ele, a atividade do consumo implicaria a ativa manipulação de signos – fundamental na sociedade capitalista –, em que mercadoria e signo se juntaram para formar o *commodity sign*. Isso se comprova pela manipulação dos *mass media* e do *marketing*, que mostra como os signos estão livres de vinculação com os objetos particulares e aptos a serem usados em associações múltiplas. No universo saturado de imagens da pós-modernidade, a superprodução de signos e a reprodução de imagens levaram a uma perda do significado estável e a uma “estetização” da realidade, onde o “pastiche se torna mais real que o real, se torna hiper-real” (BAUDRILLARD, 1996a, p. 125).

Na sociedade de consumo, as mercadorias são usadas para demarcar relações sociais, já que, no interior da cultura do consumidor, persiste uma “economia de prestígio”, em que mercadorias escassas e/ou bens posicionais – cujo prestígio deve-se à imposição de uma escassez artificial de oferta – requerem investimentos em tempo, dinheiro e conhecimento para serem utilizados apropriadamente, transferindo-se as propriedades simbólicas atribuídas às mercadorias para si mesmo, enquanto categorias de pessoas. Bourdieu (1979) enfatiza a centralidade das práticas de consumo na criação e manutenção de relações sociais de dominação e submissão. Douglas & Isherwood (2004), a partir de uma visão estritamente econômica, buscam entender a forma pela qual as mercadorias seriam usadas pelas pessoas para estabelecer as fronteiras da relação social.

Para Bauman (1999), a característica distintiva da sociedade de consumo não seria o alto grau de consumo em si, mas sua desvinculação de qualquer função pragmática ou instrumental. As necessidades biológicas e sociais – antes circunscritas e justificadas por padrões sociais – adquiriram nova plasticidade e, atualmente, “o consumo é o seu próprio fim e, por conseguinte, é auto-propulsor”. Segundo o autor, o que impele a sociedade de consumo não seria mais um conjunto fixo, delimitado e finito de necessidades, mas o desejo

(*desire*) e, no capitalismo tardio, o capricho (*wish*). Salienta-se aqui a dimensão dos prazeres emocionados que se associam ao consumo, mais especificamente os sonhos e desejos celebrados no imaginário da cultura do consumidor, objetivos de alguns espaços de consumo, como os *shoppings*, lojas de departamentos e parques temáticos, que geram sensações físicas e prazeres estéticos.

Denuncia-se a existência de forças contraditórias no seio da sociedade que, de um lado, estimulam a produção e o trabalho árduo e, de outro, prometem o prazer e a satisfação das necessidades e desejos por meio da superação da escassez. Assim, caracteriza-se o consumismo contemporâneo também pela emoção e pelo desejo dos indivíduos, o que faz com que se procure mais a gratificação do que propriamente a satisfação de necessidades sociobiológicas. Ressaltam-se, além da diferenciação social, a insaciabilidade de desejos e caprichos ou mesmo a busca incessante do hedonismo ou prazer oriundo das sensações e, ainda, a fantasia, que não tem nenhum compromisso com a realidade e as possibilidades de realização, uma vez que para o sonho auto-ilusivo – o *daydream* de Campbell (2001) – não há limites. De forma análoga, o *commodity sign* de Baudrillard (2001), que enfatiza uma distorção do capitalismo pela obliteração do valor de uso e de troca dos produtos, poderia ser encarado como uma confirmação do poder e influência do hedonismo auto-ilusivo na sociedade de consumo. Isso explicaria por que, mesmo consciente das “necessidades” que o sistema artificialmente cria para o indivíduo – o que indicaria sua capacidade de crítica sobre a realidade –, ele ainda assim “compra” uma necessidade, um “sonho” vendido pelos *mass media*, uma “sedução”.

## PARQUES E BOSQUES PÚBLICOS CURITIBANOS

Entre os autores, não há consenso sobre o que constituem as chamadas “áreas verdes urbanas”, principalmente no que se refere à sua área mínima, se deve ou não ser contígua, ou se deve somar, para efeito de cálculo de área, os corpos d’água. Contudo, pode-se afirmar que geralmente consistem em áreas livres da cidade, com características predominantemente naturais, independentemente do porte da vegetação, resultando em áreas permeáveis cobertas por vegetação rasteira ou mesmo grande cobertura arbórea. Podem ser particulares, como é o caso de lotes não ocupados, jardins, quintais e chácaras, de propriedade particular, mas de uso coletivo, tais como clubes e campos esportivos, ou públicas, como ruas arborizadas, praças, bosques, parques e núcleos ambientais (HARDT, 1994; CAVALHEIRO, 1992; LIMA, 1991).

Embora as áreas verdes em Curitiba tenham existido desde sua formação e evolução urbana – como no caso da criação de seu Passeio público, no último quartel do século XIX, de caráter essencialmente higienista – e a preo-

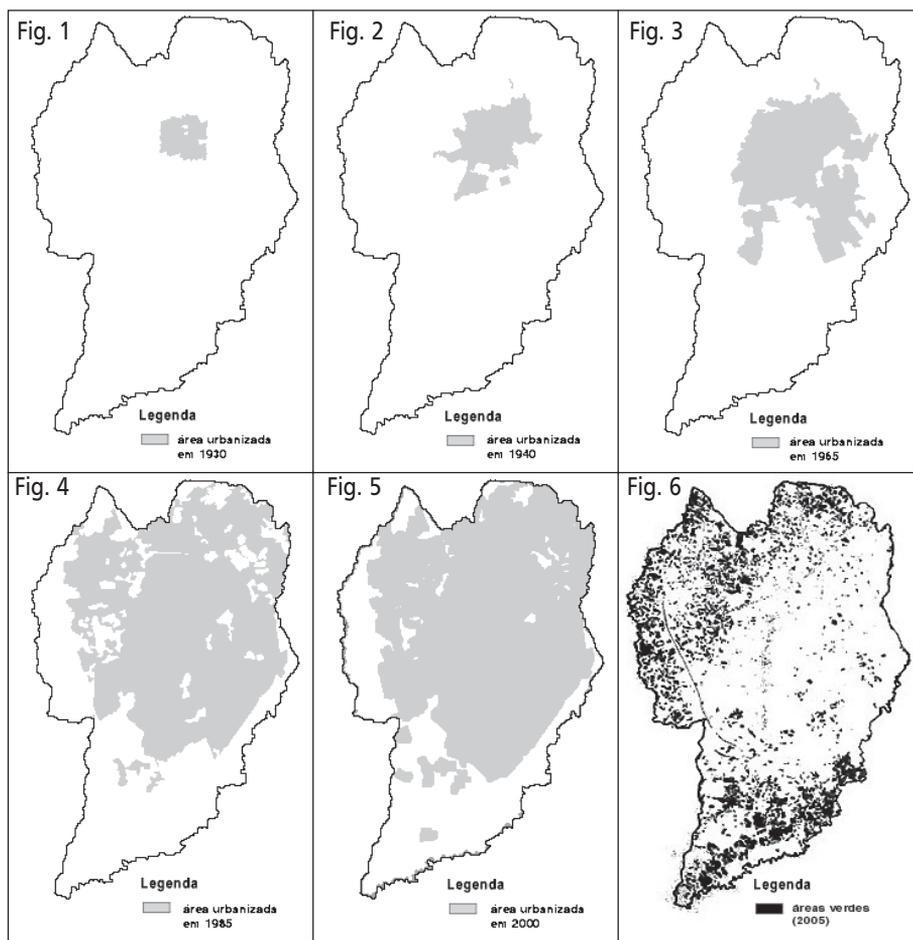
cupação com a conservação de matas e áreas naturais tenha aparecido em várias de suas diretivas administrativas, representadas pelos códigos de obras aplicados e pelos planos urbanos de meados do século passado – como o “Plano Agache” (1941/44) e o “Plano Serete” (1965/66) –, foi a partir da década de 1970 que se introduziu na cidade o conceito de aproveitamento de áreas verdes como espaços de lazer e recreação, além de indicadores de qualidade de vida urbana.

Até o “Plano preliminar de urbanismo de Curitiba” – que depois se transformou no Plano Diretor (1966) – não havia uma definição regulamentada pela prefeitura sobre áreas verdes e, embora possuísse bosques e matas particulares, a população curitibana somente contava com o Passeio público para uso geral. No “Plano preliminar”, consideravam-se como áreas verdes todos os tipos de praça e jardinete, mesmo os simples terrenos baldios, procurando classificá-los segundo suas funções – monumental, recreação ativa ou recreação passiva –, a idade dos usuários e seu raio e área de influência. Pouco se falava sobre bosques e parques,<sup>1</sup> limitando-se a áreas menores pertencentes ao poder público. Embora os primeiros parques tenham surgido na década de 1970, somente a partir de 2000 apareceria uma legislação específica, garantindo a proteção e classificação das áreas verdes.<sup>2</sup> À medida que Curitiba evoluía, a área urbanizada crescia, avançando em direção aos limites do município, mas não havia ainda instrumentos reguladores que garantissem o atual panorama de espaços verdes em toda a cidade (Fig. 1 a 6).

A prefeitura – encabeçada a partir de 1971 pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner e impulsionada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Ippuc, criado em 1965 – passou a implementar uma série de transformações urbanas, entre as quais a desapropriação de terrenos e o acerto com proprietários, visando à criação, já em 1972, dos três primeiros parques públicos da cidade: os Parques São Lourenço e Barreirinha, ambos com

<sup>1</sup> A noção de “parque” associa-se à de uma área extensa, cercada e com elementos naturais; na acepção mais antiga, datada do século X na Inglaterra, destinava-se à caça ou à guarda de animais. Posteriormente, a noção estendeu-se a pastos e bosques ornamentais existentes ao redor das casas de campo. Ao longo do tempo, apresentou-se como outra forma de apropriação do espaço público urbano e como produto direto de uma nova função: o lazer. Hoje, como descreve Kliass (1993), os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados ao lazer e à recreação.

<sup>2</sup> Por meio da Lei n. 9.804, de 3 de janeiro de 2000, a prefeitura criou o “Sistema de Unidades de Conservação”, que classificou as áreas verdes do município como “de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental ou destinadas ao uso público, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, às quais aplicam-se garantias de conservação, proteção ou utilização pública”. As unidades de conservação foram classificadas em nove tipos: áreas de proteção ambiental, parques de conservação, parques lineares, parques de lazer, reservas biológicas, bosques nativos relevantes, bosques de conservação, bosques de lazer e específicas (ANDRADE, 2001).



Figuras 1 a 6. Mapas do município de Curitiba, mostrando a evolução da área urbanizada em 1930, 1940, 1965, 1985 e 2000 e a atual distribuição de áreas verdes protegidas. Fonte: Arquivo do autor, 2005.

mais de 200.000 m<sup>2</sup> e o Parque Municipal do Barigüi (Fig. 7), com cerca de 1.400.000 m<sup>2</sup>, todos ao norte da cidade. Esses espaços verdes projetados, assim como os que surgiriam nas décadas seguintes, apresentam seus traçados derivados dos atributos naturais de onde se situam, preservando bosques de araucárias, flora e fauna local, principalmente de espécies nativas, e garantindo áreas de contemplação, esporte, lazer e cultura (MACEDO; SAKATA, 2003).

Segundo Andrade (2001), a criação desses primeiros parques fundamentava-se em estudos realizados anteriormente, que identificavam risco de inundações e alagamentos do organismo urbano e requeriam medidas de proteção das nascentes, na sua maioria na região norte de Curitiba. Inicialmente, propunha-se a execução de lagos para funcionar como reguladores de vazão e amortecedores de cheias, dificultando a chegada de enchentes à região cen-



Figura 7. Parque Municipal do Barigüi, criado em 1972 em Curitiba – PR.

Fonte: Arquivo do autor, 2005.

tral. Ao redor desses lagos deveriam ser implantados parques, evitando que suas margens fossem ocupadas e preservando-os da poluição. Essas áreas de reserva natural foram, de fato, “verdadeiros laboratórios para a solução dos graves problemas de enchentes que anualmente ocorriam na cidade” (OLIVEIRA, 1996, p. 47).

A partir de então implementou-se na cidade uma metodologia de produção de parques e bosques às margens de rios que possibilitassem a criação de lagos, ao mesmo tempo que a promoção de algum tipo de ação voltada à cultura e conservação desses locais, cujo projeto caberia à Fundação Cultural de Curitiba – FCC. Lerner alertou para a carência de áreas verdes municipais acima de 30.000 m<sup>2</sup>, iniciando uma política de valorização da natureza, que acabou por promover a implantação da arborização viária, legislações de proteção ambiental, criação de parques e outras ações na área ambiental. Isso fez com que Curitiba saltasse, segundo os índices então divulgados, de 0,7 m<sup>2</sup> de área verde por habitante em meados dos anos 60 para 16 m<sup>2</sup>/hab. em 1974. Após cerca de 15 anos, a cidade atingiria a invejável marca de 55 m<sup>2</sup>/hab. em 1985, assumindo enfim o título de “capital ecológica”.

As duas primeiras gestões de Jaime Lerner – 1971-1974 e 1979-1982 –, intercaladas pela administração de Saul Raiz, foram marcadas por grandes alterações no sistema curitibano de transporte coletivo, especialmente com o

surgimento do ônibus expresso, que circularia em canaletas exclusivas no centro de avenidas transformadas em “vias estruturais” – já que o tráfego intenso acontecia em ruas paralelas, as “vias rápidas” – ao longo das quais o planejamento direcionava a ocupação do solo urbano. Paralelamente, eram feitas várias obras de saneamento e executava-se o “Plano do Acervo da Região Metropolitana de Curitiba”, que identificou, classificou e propôs usos e formas de preservação às edificações mais significativas do núcleo histórico, totalizando mais de 360 unidades.

A normalização das faixas de drenagem e proteção dos fundos de vale acabou contribuindo para a criação de mais espaços de lazer, esporte e educação, que se tornaram prioritários para os investimentos públicos e originaram outras reservas de verde em diferentes escalas. Em 1974, surgia o Bosque Boa Vista, que, em 1996, passaria a chamar-se Bosque Dr. Martin Lutero, com quase 11.700 m<sup>2</sup>, situado na região Norte; e, em 1976, implementava-se o Parque Regional do Iguaçu, com mais de 8.200.000 m<sup>2</sup>, a Sudeste. Em sua segunda gestão, Lerner possibilitou a implantação do primeiro espaço a homenagear uma etnia que contribuía para a formação curitibana: o Bosque Polonês ou do Papa João Paulo II, criado em 1978 e inaugurado em 1980, com cerca de 46.300 m<sup>2</sup>, situado igualmente ao Norte. Também em 1980 foi entregue à população o Bosque Capão da Imbuia, localizado na região Sul e com uma área de aproximadamente 42.400 m<sup>2</sup>.

Em 1982, o Paraná elegeu o governador José Richa, que indicou o deputado federal Maurício Fruet para administrar Curitiba. Fruet iniciou sua gestão num período interrompido em 1986 pela eleição de Roberto Requião e marcado pela recessão e crise econômica, também em nível federal. Sem priorizar o planejamento como política de desenvolvimento social, segundo Duarte & Guinski (2002), o prefeito diminuiu os investimentos e intervenções urbanas, voltando-se para a geração de empregos ou oportunidades de aumento da renda familiar. Foram feitas reuniões com associações de moradores, contratados desempregados em frentes de trabalho e instaladas oficinas comunitárias. Requião, além de construir mais equipamentos urbanos, regularizar assentamentos clandestinos e reurbanizar favelas, providenciou a canalização de esgotos na periferia e substituiu, no transporte coletivo, os expressos pioneiros por ônibus biarticulados, com maior capacidade de transporte (FENIANOS, 2003).

Ao longo dos anos 1980, Curitiba renovou sua infra-estrutura, construindo novos espaços e revitalizando outros. Numa época em que as denominações confundiam-se – até a Lei Municipal n. 9.804/2000 não havia uma legislação específica que diferenciasse bosques e parques ou definisse suas peculiaridades (ANDRADE, 2001) –, surgiram também novas opções de lazer público, como o Bosque Gutierrez, em 1986, com aproximadamente 36.000

m<sup>2</sup>, no Vista Alegre, e o Parque General Iberê de Mattos, de 1988, com cerca de 152.000 m<sup>2</sup>, situado no Bacacheri, ambos na região Norte. Já na terceira gestão de Jaime Lerner – desta vez escolhido por voto direto –, aparecia o Bosque Reinhard Maack, inaugurado em 1989, com 78.000 m<sup>2</sup>, na Vila Hauer, ao Sul da cidade.

Na década de 1990, a questão do planejamento voltava a ser central no governo municipal, que, além de retomar o “parquismo”, passou a implantar toda uma infra-estrutura para atender às carências dos bairros, direcionando-se para o problema das invasões e ocupações irregulares na zona Sul. Implantou-se uma rede de linhas de transporte coletivo conhecida como “ligeirinho”, que, com mais velocidade, percursos mais longos e menor número de paradas – as estações-tubo – que as linhas convencionais, agilizava a circulação em toda a cidade. Apoiando-se novamente na idéia de melhoria da qualidade de vida através da preservação de áreas verdes, Lerner, sob o lema de Curitiba como “capital ecológica”, promoveu novos espaços verdes para lazer e recreação, como o Parque das Pedreiras, de 103.500 m<sup>2</sup>, o Jardim Botânico, com 245.000 m<sup>2</sup>, o Bosque do Pilarzinho, com cerca de 28.150 m<sup>2</sup> e o Bosque Zaninelli, de aproximadamente 36.800 m<sup>2</sup>, situando neste a Universidade Livre do Meio Ambiente – Ulma.

Com uma população na casa de 1.400.000 habitantes, a capital paranaense passava a conviver com as questões ambientais, ao mesmo tempo em que via nascer seus maiores símbolos mercadológicos. O Parque das Pedreiras, criado em 1990, ao Norte, no Bairro do Pilarzinho, abriga espaços de contemplação e eventos culturais, destacando-se o Espaço Paulo Leminsky, um auditório ao ar livre, e a Ópera de Arame, um edifício de estrutura metálica inaugurado em 1992. Essas duas grandes obras contribuíram para a afirmação da imagem positiva da cidade e vieram somar-se à força emblemática de outro símbolo curitibano: a estufa metálica do Jardim Botânico Francisca M. G. Rischbieter, criado em 1991 no bairro Capanema, que mudaria de nome para abrigá-lo (Fig. 8).

Foi na última década do século XX que a legislação ambiental afirmou-se na cidade. Com a promulgação, em abril de 1990, da Lei Orgânica do Município de Curitiba, surgiram várias leis e decretos sobre questões ambientais, como as leis n. 7.447/90 e 7.833/91, que definiam a política ambiental do município e reconheciam o título de “capital ecológica”. Em setembro de 1990, durante o Congresso Mundial de Autoridades Locais para um Futuro Sustentável, a cidade recebia o prêmio oferecido a programas e políticas de gerenciamento de resíduos sólidos e, em outubro do mesmo ano, era premiada pelo *International Institute of Energy Conservation*, com o *Award for Achievement in Global Energetic Efficiency*, por seu sistema integrado de transporte, que priorizava o transporte coletivo sobre o individual (OLIVEIRA, 1995).



Figura 8. Jardim Botânico de Curitiba, criado em 1991.

Fonte: Arquivo do autor, 2005.

Nessa época, para minimizar os problemas de abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba – RMC, criou-se a Sudoeste uma área de proteção ambiental efetivada por meio do Parque Municipal do Passaúna, inaugurado em 1991, com aproximadamente 6.500.000 m<sup>2</sup> de área preservada, maior parque curitibano, que protege a represa do rio Passaúna, responsável por 1/3 da água consumida pela cidade. Em 1992, com o lançamento do oitavo número da série *Memória da Curitiba Urbana* pelo Ippuc, definiam-se os postulados da chamada Escola de Urbanismo Ecológico, segundo a qual as idéias implantadas por meio do planejamento urbano local, aliadas ao seu comprometimento com as questões ecológicas – e, por conseguinte, inovadoras e viáveis –, eram fruto de uma escola de urbanismo nascida na própria cidade, responsável pela implementação de obras e medidas que a transformaram na “capital ecológica”.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Mais do que propriamente apresentar diretrizes para futuras intervenções na cidade, a Escola de Urbanismo Ecológico foi uma tentativa de explicação, pelo poder público, do que havia sido realizado no passado recente, através de um programa de planejamento que priorizava o homem integrado ao meio ambiente e a cidade entendida como um ente orgânico que, como tal, devia imitar a natureza. Destacando idéias como a preservação da escala humana, a necessidade de sustentabilidade urbana e o caráter gregário da sociedade, seus postulados defendiam a participação ativa da população, em conjunto com o governo municipal, na conservação da natureza e no zelo pelo patrimônio (IPPUC, 1992).

A partir da administração de Rafael Greca, que assumiu a Prefeitura em 1993, à questão ambiental associou-se definitivamente a cultura. Passou-se a enfatizar a construção de uma identidade social para Curitiba e os parques tornaram-se os espaços ideais para manifestações culturais, incentivando-se ali festas étnicas, folclóricas e religiosas. Até o término de sua gestão, em 1996, haviam sido criadas mais dez novas áreas públicas, além de vários memoriais para homenagear as raças e culturas que constituíam a população curitibana. Foram inaugurados os memoriais de Portugal, da Ucrânia, da Imigração Alemã, da Imigração Italiana e da Cidade, além da Fonte de Jerusalém, do Memorial Árabe e da Casa da Cultura Japonesa, quando da revitalização da Praça do Japão, no Bairro do Batel.

Enfatizando projetos pontuais mais do que planos gerais, tais intervenções buscaram melhorar a imagem urbana, tanto criando novos espaços como revitalizando antigos, o que atestava uma ação por vezes fragmentada e a transformação da cidade – ou da “noção” da sua qualidade de vida – num produto a ser vendido aos seus cidadãos. Como descreve Santos (1996) em sua análise das relações entre sociedade de consumo, cidadania e estratégias de poder, confundia-se cidadão com consumidor e cidade com mercado: criaram-se novos *slogans* e uma nova identidade para Curitiba, ao passo que esses marcos simbólicos no tecido urbano colaboraram para a formação de um novo modo de vê-la. Os novos bosques e parques implantados tornaram-se, mais do que nunca, instrumentos de *marketing* no processo de divulgação da cidade, ou seja, obras que iriam incrementar a economia local, o desenvolvimento do turismo e a atração de novos investimentos, assim como otimizariam suas potencialidades naturais, históricas e culturais.

Em 1994, inaugurava-se ao Norte o Bosque de Portugal, situado no Jardim Social e contando com 20.850 m<sup>2</sup>. Em 1995, o Parque Tingüi, de cerca de 380.000 m<sup>2</sup>, localizado no Bairro São João e, em 1996, o Bosque Alemão, de aproximadamente 38.000 m<sup>2</sup>, no Bom Retiro (Fig. 9). Soma-se a esses o Bosque Italiano ou São Nicolau, situado em Santa Felicidade e com mais de 23.400 m<sup>2</sup>.

Essas áreas verdes, mais do que reservas de flora e fauna nativas, constituem cenários de contemplação, turismo e lazer, cujos temas principais são a cultura e a natureza. Diferentemente das que iam sendo criadas na região Norte, homenageando etnias estrangeiras, apareceram também espaços na zona Sul, desta vez mais voltados à população migrante do interior. Para preservar as margens do rio Barigüi, foram fundados o Parque dos Tropeiros, com quase 173.500 m<sup>2</sup>, o Parque Diadema, de cerca de 112.000 m<sup>2</sup>, e o Parque Caiuá, com aproximadamente 46.000 m<sup>2</sup>. Acrescentam-se ainda: o Bosque da Fazendinha, com mais de 72.800 m<sup>2</sup>, de 1995, e o Bosque do Trabalhador, que ultrapassa 192.000 m<sup>2</sup>, inaugurado em 1996.



Figura 9. Praça da Cultura Germânica, situada no Bosque Alemão, de 1996.  
Fonte: Arquivo do autor, 2005.

O último parque criado na gestão Greca foi o Parque Tanguá, inaugurado em novembro de 1996, entre os bairros do Taboão e Pilarzinho, ao Norte de Curitiba, com uma área de aproximadamente 235.000 m<sup>2</sup>. Assim como as demais propostas, resultou de um forte vínculo entre as esferas pública e privada, já que suas terras pertenciam a particulares, que as doaram em parte à Prefeitura, prevendo a valorização imobiliária no loteamento adjacente. Fruto da reciclagem de uma antiga pedreira junto ao rio Barigüi, tornou-se um dos parques mais exuberantes da cidade. Ao terminar seu mandato, Greca deixou prontos os projetos de implantação de outros cinco parques: o do Semeador, no Bairro Novo; do Ribeirão dos Müller, no Campo Comprido; das Nascentes, no Uberaba; do Atuba, no bairro de mesmo nome; e da Fazendinha, associado ao bosque de mesmo nome. As novas áreas de construção representariam mais de 500.000 m<sup>2</sup> de espaços verdes na cidade.

Na década de 1990, a RMC continuou mantendo uma das três mais altas taxas de crescimento do país, o que acabou provocando problemas relativos ao uso e ocupação do solo urbano, como a polarização do espaço curitibano, devido à valorização imobiliária, e a conseqüente periferização como opção para as camadas menos favorecidas. Nessa época, segundo Lima (2000), além da série de invasões de terras, que se revestiu de importância crucial por atingir áreas de mananciais de abastecimento público da cidade, tornando prioritária a questão ambiental nas ações do órgão de planejamento regional, outro fator de grande impacto para a dinâmica regional foi a sua transformação

no segundo pólo automotivo brasileiro, no início do primeiro mandato de Lerner como governador eleito, em 1995, fator determinante para alçar definitivamente a questão metropolitana a níveis mais elevados de complexidade.

A primeira gestão de Cássio Taniguchi, entre 1997 e 2000, foi marcada pelo agravamento da situação provocada pela ocupação irregular de áreas periféricas, passando o município a investir na estruturação das regiões em crescimento. Diante disso, descentralizou-se o atendimento com a criação das “Ruas da Cidadania”, além de se promover programas de lotes urbanizados e autoconstrução habitacional, sem impedir, porém, o aumento do número de favelas, devido à migração incessante. Curitiba apresentava, no final do século, um quadro paradoxal, com nítida discrepância entre a imagem veiculada nacional e internacionalmente e as reais condições socioambientais da região. Embora tenham sido previstos mais cinco novos parques para sua segunda gestão, de 2001 a 2004, que incluiria, na região Norte, o Parque da Nascente, o Parque da Vista Alegre e o Parque do Atuba, na divisa com Colombo e, na região Sul, o Parque Lagoa Azul, no Umbará e o Parque das Quatro Estações, na Cidade Industrial, apenas o Bosque Maria Luísa Gomm foi de alguma forma implementado no Batel.

Neste início de século, praticamente toda a área do município está ocupada. Novos bairros surgem por meio de conjuntos habitacionais e condomínios residenciais de alto padrão, que vêm se instalando nas últimas regiões de características rurais. A industrialização e a urbanização acabaram refletindo-se na maior diversificação do comércio, dos serviços e dos costumes, ao mesmo tempo em que a infra-estrutura se aprimora. Em 2005, constata-se claramente o fenômeno da conurbação em Curitiba: a cidade se conecta aos municípios vizinhos, embora permaneça com seus 75 bairros originais. Os da região Norte apresentam a melhor arborização e proximidade dos parques urbanos; os da região Sul apresentam os maiores índices de crescimento e condições deficitárias de qualidade de vida (Fig. 10).

## IMAGEM E CONSUMO DOS PARQUES CURITIBANOS

Curitiba foi transformada em uma marca nacional da qualidade de vida urbana, fruto da consolidação de uma identidade socioespacial positiva, que se instaurou plenamente nos anos 1990, mas que resulta do projeto de construção da imagem de “cidade-modelo”, cujo marco inicial data de princípios da década de 1970. Nos decênios seguintes até hoje, novas transformações urbanas se processaram. Bosques e parques urbanos foram se transformando em parques temáticos e a ação coordenada em intervenções geralmente fragmentárias (SÁNCHEZ, 1997).



pondia à realidade na cidade – principalmente por seus desequilíbrios socio-ambientais –, adotou-se o título de “capital social”. Estimulou-se, desse modo, a migração de muitos indivíduos do interior do Estado e de outras regiões do país para Curitiba, na esteira da sua propaganda. Também o processo de industrialização paranaense, centrado na capital, manteve e acelerou os fluxos migratórios, além de induzir o crescimento dos municípios na área conurbada de toda a RMC (SÁNCHEZ, 1997; LIMA, 2000).

Em Curitiba, esse “triunfo da imagem sobre a substância” (BAUDRI-LLARD, 2001), em que os instrumentos de comunicação social veiculam informações e símbolos – cuja abrangência extrapola os limites territoriais – que acabam por suplantar a realidade, revestindo-se da força de verdades, enquadra-se essencialmente no panorama da pós-modernidade. Ao mesmo tempo, as diversas ações fragmentárias das últimas gestões administrativas, que criaram uma imagem espetacular, reforçando a estética do ócio, são elementos do mundo pós-moderno, onde a arquitetura e o urbanismo ganharam novas atribuições, como a de expressar a “identidade” dos lugares, intensificar “laços emocionais” entre o homem e seu ambiente e criar novos marcos referenciais urbanos.

O *city marketing* ao qual Curitiba foi submetida transformou seus elementos urbanos, mais especificamente as ações propostas pelo planejamento da cidade por cerca de 40 anos – destacando-se a reformulação do sistema de transporte coletivo, a implantação de áreas verdes públicas e de programas ambientais relativos à reciclagem do lixo e à educação ambiental – em protagonistas publicitários de uma ampla campanha, que objetivava acima de tudo a afirmação de uma imagem positiva de sua sociedade e administração pública, fundamental na lógica do capitalismo tardio. Condizente com a efemeridade da sociedade de consumo, esse ritmo de “lançamento de novidades” que caracterizou Curitiba por décadas, ao se transformar em rotina da cidade, passou a fazer parte do imaginário dos cidadãos, que esperavam com ansiedade os “produtos” e recebiam as inovações com curiosidade e aparente aprovação consensual.

A forma como os novos espaços, equipamentos ou serviços eram apresentados freqüentemente os comunicava como marcos representativos, espetacularizados, da “cidade que não pára de inovar”. Conforme Sánchez (1997), a veiculação das imagens sintéticas de Curitiba acabou por intensificar a idéia do socialmente pleno usufruto dos novos espaços modernizados, sugerindo implicitamente uma “vida de classe média” para todos os cidadãos, do que se conclui que os parques tornaram-se símbolos de um lazer por vezes elitizado e até mesmo “artificial”, já que em muitos casos os elementos naturais deixariam de ser os protagonistas e pólos atrativos da população para dar lugar aos objetos “estetizados” e criados de acordo com concepções cênicas, celebrati-

vas de um mundo espetacular.<sup>4</sup> Num fenômeno que Baudrillard (1996b; 2001) chama de “crime perfeito” – do assassinato do real não sobram nem a vítima nem os vestígios do crime –, as imagens substituem a realidade. Porém,

(...) la imagen no puede imaginar lo real, ya que ella misma lo es. Ya no puede soñarlo, ya que ella es su realidad virtual. Es como si las cosas hubieran engullido su espejo y se hubieran convertido en transparentes para sí mismas, enteramente presentes para sí mismas, a plena luz, em tiempo real, en una transcripción despiadada (...). La imagen ha sido expulsada de la realidad. (BAUDRILLARD, 1996b, p. 15)

Diante dessa “holografia”, a ecotopia – ou utopia ecológica – vê-se transformada em objeto de consumo e os parques passam a meros coadjuvantes desse “espetáculo” em que se tornou a cidade (DEBORD, 1997), onde não existem mais contradições, desequilíbrios ou problemas sociais e cabe aos indivíduos o papel de mera contemplação, compondo uma platéia que, ao assistir o espetáculo, supõe-se participativa, mas está anestesiada pelo sentimento de orgulho e de pertencimento a essa cidade que ostenta o título de “capital ecológica”. Nessa relação de fascínio do espectador com o “objeto-imagem”, estabelece-se um regime de cumplicidade. Não se percebe que, quanto mais se se submete, mais se instala o estado de torpor, que gera a dependência. A condição de “ser” confunde-se com a de “estar” ou de “parecer ser” e, na sociedade do espetáculo, os habitantes da cidade tornam-se meros espectadores passivos.

As ecotopias, ao enfatizarem a dimensão ambiental das lutas pela democracia e cidadania, fizeram vislumbrar as possibilidades e as dificuldades de articulação entre elas, o que produziu inúmeros conflitos, uma vez que as questões ligadas à preservação ambiental geralmente são vistas como limitantes dos ritmos de desenvolvimento e geração de empregos, colocando em xeque muitas questões, uma das principais a do consumo. Hoje, não somente se deve rever as posturas individuais perante a natureza, mas também as formas de convivência com ela e o relacionamento com o outro, redefinindo-se as diretrizes que conduziram à massificação e à transformação do homem e da natureza em mercadorias.

Nas cidades, a natureza e seus elementos estão ocultos pelo intenso processo de urbanização e os indivíduos têm deles apenas uma visão “rápida”, superficial e idealizada, tanto em relação à sua brutalidade – do ambiente da

<sup>4</sup> Essa difusão de valores e modos de vida próprios da burguesia contribuiu para a consolidação da representação da vida urbana com base na imagem de uma ordem harmoniosa e sem conflito. Contudo, estudos sobre o uso social dos espaços públicos em Curitiba mostraram uma forte afluência das camadas médias e uma composição social bastante seletiva, particularmente nos novos espaços culturais (SÁNCHEZ, 1997). Como intermediários entre população e cidade, os meios tecnológicos de comunicação não mais informam sobre a cidade, mas acabam por refazê-la à sua maneira, por meio da sua hiper-realização.

selva ou floresta – como à sua condição de lugar para o descanso, o ócio e o lazer. Incorporando uma imagem construída da “natureza”, os lugares, os territórios e as paisagens passaram a ser “vendidos” como amenidades, quando são apenas uma contemplação fugaz do mundo natural, ou seja, uma mercadoria a ser consumida, por exemplo, pela família que busca paz num final de semana ou pelo turista que procura os melhores ângulos para suas fotos. Além disso, os bosques e parques urbanos de Curitiba revestiram-se nas duas últimas décadas de valores e significados que exaltam a formação multicultural da sociedade curitibana, homenageando etnias por uma suposta receptividade e miscigenação em seu seio. Promoveu-se um estreitamento com o mundo natural em reservas de mata preenchidas de equipamentos festivos e espetaculares, embalagens “vistosas” da igualmente suposta “consciência ecológica”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente, é inegável a importância das áreas verdes nas funções de promover o convívio social, a espiritualidade, a visitação turística ou o contato mais próximo com a natureza dentro da cidade, funções tão caras às metrópoles contemporâneas. Porém, como evitar que seus pressupostos ecológicos esvaziem-se completamente? Se é do pensamento utópico que se retira toda a inquietação ou os elementos para a transformação do real, como seria possível resgatar essa chama sem deixá-la enfraquecer ou mesmo se apagar? Como fazer nascer dessa ecotopia novas utopias?

Não se deve abrir mão do otimismo de Sousa Santos (2005), para quem “ser utópico é a maneira mais consistente de ser realista no final do século XX”, e cujos escritos pertencem à corrente pós-moderna que considera os avanços recentes da ciência como uma mudança epistemológica importante para as ciências sociais. Ele fala de uma “experimentação social com formas alternativas de sociabilidade”, na medida em que tal experiência, uma vez concluída, tornar-se-ia mais credível para grupos sociais amplos, acabando por conquistar mais adeptos dispostos a renová-la e ampliá-la. Ele propõe-se a desenvolver epistemologias e teorias sociais que bloqueiem a proliferação da “razão cínica” e alimentem o inconformismo diante da injustiça e a opressão.

Daí nasce a esperança que nutre o presente estudo, que não se pretende preso ao mero denunciamento, mas busca uma válvula de escape na própria essência das utopias, ou seja, na sua inesgotável força de se restituírem como tal. Apesar de algumas idéias utópicas terem sido eventualmente – mas quase sempre de modo parcial – realizadas, não faz parte da natureza da utopia ser realizada: seu contato com o real e conseqüente “esvaziamento” conduzem impreterivelmente a novas utopias.

Assim, da constatação dos fenômenos de “espetacularização” e de “mercantilização” dos parques curitibanos surge – ainda – uma nova utopia: a de seu uso e apropriação. Lugares do encontro, mas também do confronto, em que todos se vêem e são vistos, indistintamente quanto a sexo, cor, credo ou situação sociocultural. De cenários vazios, tornam-se palcos de novas socialidades, nas quais os indivíduos deixam de ser meros espectadores de uma paisagem criada pelo outro para se tornarem agentes de sua transformação e também de si próprios. E, de uma ótica tão familiar aos situacionistas, renascem como espaços da transgressão, da arte e da vida, despindo-se de todos os silêncios e silenciamentos em favor de novas perspectivas, novos deslocamentos sobre si próprios, numa verdadeira heterotopia.

O culturalismo francês oferece-nos subsídios para analisar e, mais ainda, visualizar um possível caminho que afaste o pessimismo e a sensação de impotência diante do quadro baudrillardiano, especialmente no que se refere às ecotopias urbanas representadas pelo parquismo curitibano. Ao discutir a imperfeição cotidiana, sem se preocupar em indicar um devir – um vir-a-ser determinado pelas ideologias organizadoras da razão moderna – e entendendo sua natureza paradoxalmente harmônica, Maffesoli (1995), por exemplo, oferece um instrumental teórico que possibilita encontrar nas utopias de uso uma condição de escape. Da sua visão de contexto e sua atenção ao não racional, ao não lógico, ao emocional e ao afetivo, pode-se desenhar o renascer do inconformismo, da transgressão e da desestabilização, em que Sousa Santos também acredita. É por meio da sua maneira de estar juntos, de buscar um consenso, mais afetivo e emocional do que racional, enfim, de conviver no ambiente pós-moderno, que as utopias renascem e, com elas, a sua força libertária.

Na perda do objeto, a ecologia engloba todos os seres humanos, atores de uma nostalgia da natureza, da consciência “eco-lógica” – ecológica e lógica – e, finalmente, da emancipação do sujeito. As ecotopias desaparecem quando a banalização, a massificação e o consumo desmedido se transformam em valores compensatórios, prontos a escamotear a trivialização da vida que, assim, pode ser suportada. Porém, a utopia é inerente ao pensamento humano e deve sobreviver, sobreexistir. O caso de Curitiba e, especificamente, de suas áreas verdes – ícones de um sonho ecotópico que se transmutou em cenário publicitário –, exemplifica esses fenômenos denunciados pela crítica filosófica contemporânea, que, entretanto, não deve ser vista como fatalista ou mesmo fatídica. Isso porque à idéia de que o consumo ocupa na vida humana o lugar de outras instituições que não possuem mais legitimidade para definirem o que o homem é e o que deve ser, é preciso contrapor uma nova perspectiva: a de que pode também significar a abertura a novas utopias.

## Referências

- ANDRADE, R. V. de. **O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Departamento de Geografia, Curitiba.
- BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BAUDRILLARD, J. **A ilusão vital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BAUDRILLARD, J. **A troca simbólica e a morte I**. Lisboa: Edições 70, 1996a.
- BAUDRILLARD, J. **El crimen perfecto**. Barcelona: Anagrama, 1996b.
- BAUDRILLARD, J. **Sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, Col. Arte & Comunicação, 2000.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.
- CAMPBELL, C. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CAVALHEIRO, F. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. Vitória: **Anais...** 1992. p. 29-38.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- DUARTE, O.; GUINSKI, L. A. **Imagens da evolução de Curitiba**. Curitiba: Quadrante, 2002.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FENIANOS, E. E. **Manual Curitiba: a cidade em suas mãos**. Curitiba: UniverCidade, 2003.
- FINE, B.; LEOPOLD, E. **The world of consumption**. London: Routledge, 1993.
- HARDT, L. P. A. **Subsídios ao planejamento de sistemas de áreas verdes baseado em princípios de ecologia urbana: aplicação a Curitiba PR**. 1994. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Memória da Curitiba urbana: Escola de Urbanismo Ecológico**. *Revista do Ippuc*, Curitiba, v. 8, jan. 1992.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.
- LIMA, C. de A. **A ocupação de áreas de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: do planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana**. 2000. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

- LIMA, S. T. Verde urbano: uma questão de qualidade ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 3, 1991, Londrina: *Anais...* Londrina: UEL, 1991. v. 1.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo: José Olympio, 2002.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. *Parques urbanos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Quapá)
- MAFFESOLI, M. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Arte & Ofícios, 1995.
- OLIVEIRA, D. de. *A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba*. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Departamento de Ciências Sociais, Campinas, 1995.
- OLIVEIRA, M. Perfil ambiental de uma metrópole brasileira: Curitiba, seus parques e bosques. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 88, p. 37-51, maio./ago. 1996.
- SÁNCHEZ, F. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- SLATER, D. *Cultura do consumo & modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.
- SOUSA SANTOS, B. de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Endereço para correspondência:  
Centro Politécnico – Bloco I (Arquitetura)  
Universidade Federal do Paraná  
81531-990 – Curitiba – PR  
e-mail: castelnou@ufpr.br